



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000124-42.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 1ª Vara da Infância e Juventude do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital

JUÍZA TITULAR: Dra. Gladys Henriques Pinheiro

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO JUÍZO DE SERRA/ES – COMARCA DA CAPITAL

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **1ª Vara da Infância e Juventude do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 027/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 11/04/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **1ª Vara da Infância e Juventude do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados para, ao final, perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

| Juíza | Vínculo | Ato |
|---------------------------|---------|------------------------|
| Gladys Henriques Pinheiro | Titular | nº 759/04 - 14/12/2004 |

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 10/06/2022)

Servidores lotados

| Servidor (a) | Cargo | Função |
|--|--|---|
| Maria Domingas Martins Haddad | Analista Judiciário Especial - QS - Escrivão Judiciário | - |
| Jaqueline Teixeira | Analista Judiciário - AJ - Direito | Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 1058/16 - 10/10/2016 |
| Jussara dos Santos Martins de Souza | Analista Judiciário - AJ - Direito | - |
| Adriana Menezes Moraes | Analista Judiciário - AJ - Comissário de Justiça da Infância e da Juventude | - |
| José Paulo Mattos | Analista Judiciário - AJ - Comissário de Justiça da Infância e da Juventude | - |
| Patrícia Dantas Silva Magalhães | Analista Judiciário - AJ - Comissário de Justiça da Infância e da Juventude | - |
| Simone Moreira Pires | Analista Judiciário - AJ - Comissário de Justiça da Infância e da Juventude | - |
| Alexandra Maria Roman | Analista Judiciário - AE - Psicologia | - |
| Walkiria da Silva Pires Bermudes | Analista Judiciário - AE - Psicologia | - |
| Ana Cândida Ferreira Figueiredo | Analista Judiciário - AE - Serviço Social | - |
| Luciene Bolzam Macente | Analista Judiciário - AE - Serviço Social | - |
| Patrícia Ebani Peixoto | Analista Judiciário - AE - Serviço Social | - |
| Thamires dos Santos Ratis | Analista Judiciário - AE - Serviço Social | - |
| Ieda Gobbo Amorim de Assis | Assessor de Juiz | - |

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 10/06/2022)

Servidores à disposição de outras Unidades


| Servidor (a) | Cargo | Observação |
|-----------------------------|---|---|
| Simone Cohen Persiano Neves | Analista Judiciário - 01 - QS - Escrivente Juramentado | Respondendo pelo cargo de Chefe de Seção da Ouvidoria Judiciária - Ato nº 288/2022 em 11/05/2022 |

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 10/06/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área**

Judiciária para a 1ª Vara da Infância e Juventude do Juízo de Serra/ES. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Entretanto, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça¹, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 13 (treze) servidores (levando-se a crer que foram considerados todos os servidores da Unidade, incluindo os cargos de Comissário de Justiça da Infância e da Juventude, Serviço Social e Psicologia) e a lotação paradigma é de 04 (quatro) servidores, vejamos:

| TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | | | | | | | | |
|--|--------------|--|----|-----------|----|---------------------------|--|---|
|  TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Graus do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de janeiro de 2022 | | | | | | | | |
| UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO D | | | | | | | | |
| Grau | Tipo | Descrição da Unidade | UF | Município | LP | LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS | LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISIÇÃO | LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO |
| 1 | E - INFÂNCIA | 1ª VARA ESPECIALIZADA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE | ES | SERRA | 4 | 13 | 0 | 1 |

1 Disponível em: http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf . Consulta realizada em 10/06/2022.

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

| Indicador | Total | Média/mês |
|----------------------------|-------|-----------|
| Janeiro a dezembro de 2020 | 953 | 79 |
| Janeiro a dezembro de 2021 | 1.121 | 93 |

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 10/06/2022)

Evolução do acervo

| Ano | Acervo |
|------|--------|
| 2020 | 1.161 |
| 2021 | 879 |

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 10/06/2022)

Acervo atual

| | Junho 2022 |
|-------------------------|------------|
| Total | 979 |
| Suspensos ou sobrestado | 4 |

| | |
|----------------------------|------------|
| Tramitação ajustada | 975 |
|----------------------------|------------|

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos concluídos

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|--|------------|------------|
| Quantidade total de processos concluídos | 203 | 206 |
| Concluídos para sentença há mais de 100 dias | 0 | 0 |
| Concluídos para decisão há mais de 100 dias | 0 | 0 |
| Concluídos para despacho há mais de 100 dias | 0 | 0 |
| Concluídos para ato diverso há mais de 100 dias | 0 | 0 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 10/06/2022)

Audiências

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|---|---------|---------|
| Quantidade de audiências designadas | 72 | 42 |
| Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses | 1 | 0 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 10/06/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|----------------------------------|---------|---------|
| Processos sem migração de classe | 0 | 0 |
| Processos sem assunto | 0 | 0 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 10/06/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|--|---------|---------|
| Processos sem movimentação há mais de 100 dias | 15 | 9 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 10/06/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|-------------------------------|---------|---------|
| Petições pendentes de juntada | 12 | 2 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 10/06/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|-----------|---------|---------|
|-----------|---------|---------|

| | | |
|---|---|---|
| Cartas precatórias pendentes de cumprimento | 4 | 3 |
|---|---|---|

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 10/06/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|--|---------|---------|
| Processos fora de cartório ou em remessa externa | 11 | 04 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 10/06/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|--|---------|---------|
| Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias | 41 | 34 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 10/06/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

| Percentual obtido | Resultado |
|-------------------|--------------------------|
| 63,8% | Meta não cumprida |

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

| Percentual obtido | Resultado |
|-------------------|----------------------|
| 112,0% | Meta cumprida |

Meta 8 CNJ/2021 (Foco: Feminicídio e Violência Doméstica)

Identificar e julgar, até 31/12/2021: 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

| Percentual obtido | Resultado |
|-------------------|----------------------|
| 176,5% | Meta cumprida |

(Fonte: Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 13/04/2022, revelou a existência de **203 (duzentos e três)** processos em gabinete para análise da Magistrada, não havendo registro de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 10/06/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve um ínfimo aumento, permanecendo sem registro de processos com excesso de prazo de conclusão.

Vê-se, assim, que diante do ritmo de trabalho adotado pela MM. Juíza, e na hipótese de sua continuidade, a unidade manter-se-á no seu curso regular.

Com relação às audiências designadas pelo Juízo, na 1ª fase da correição verificou-se que das 72 (setenta e duas) audiências designadas, 01 (uma) estava para mais de 4 meses. Em nova consulta, verifica-se que atualmente constam 42 (quarenta e duas) audiências designadas, sem registro de audiências designadas para mais de 4 meses.

Conforme informação apresentada pela Escrivã Judiciária da Unidade, a audiência que constava como designada com prazo excessivo, tratou-se de um equívoco ao digitar o ano no agendamento dos autos nº 5017994-75.2021.8.08.0048 no sistema, sendo que a audiência foi realizada no dia 20/04/2022, bem como o processo já conta com sentença proferida.

Por fim, registra-se o bom desempenho da Unidade quanto ao cumprimento da Meta 2 CNJ, cujo percentual obtido no ano de 2021 foi de 112,0%. Entretanto, observa-se que a Meta 1 CNJ não foi cumprida, atingindo o percentual de 63,8%, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas.

7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos na 1ª fase e na 2ª fase da correição, foi possível verificar uma melhora significativa quanto às pendências verificadas, entretanto, dois pontos precisam ser observados com maior atenção pela secretaria, quais sejam: os **processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias** e os **mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça**.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, verifica-se que todos os 09 (nove) processos que atualmente encontram-se na referida situação, estão paralisados desde fevereiro do corrente ano, devendo a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento destes, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Quanto aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, a Sra. Escrivã esclareceu que 13 (treze) mandados foram distribuídos ao Oficial de Justiça Luiz Fernando Gomes Schaider, que encontra-se de licença médica, sendo tais mandados refeitos para cumprimento por outro Oficial.

Compulsando a listagem atualizada de mandados pendentes de devolução, infere-se que 34 (trinta e quatro) mandados estão sem devolução, sendo que alguns já contam com mais de 100 (cem) dias de distribuição, desconsiderando os distribuídos ao Oficial Luiz Fernando Gomes Schaider.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos à Magistrada, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 À Juíza Titular

| EVENTO | DETERMINAÇÃO |
|--------------------------------|--|
| Situação da unidade judiciária | <p><u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;</p> <p><u>Adote</u>, doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;</p> |
| Metas Nacionais CNJ | <p><u>Monitore</u>, semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento.</p> |

8.2. À Escrivã Judiciária

| EVENTO | DETERMINAÇÃO |
|----------------------------|--|
| Juntada de petições | <p><u>Regularize</u> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><u>Observe</u>, doravante, rigorosamente o <i>prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas</i> na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;</p> |
| Mandados expedidos | <p><u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento d o s <i>mandados judiciais expedidos</i>, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;</p> |
| Processos em carga externa | <p><u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><u>Adote</u>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo.</p> |
| | <p><u>Trabalhe</u> efetivamente todos os processos paralisados</p> |

| | |
|---|--|
| Processos paralisados há mais de 100 dias | inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais, nos termos do artigo 153 do CPC; |
| Cartas precatórias | <u>Observe</u> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante. |

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. À Juíza Titular

| EVENTO | ORIENTAÇÃO |
|-------------------------|--|
| Suspeição e Impedimento | <u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado; |
| Processos físicos | <u>Utilize</u> os atos <i>judiciais dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema <i>e-JUD</i> , evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014. |

9.2. À Escrivã Judiciária

| EVENTO | ORIENTAÇÃO |
|---------------------|---|
| Juntada de petições | <u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85); |
| | <u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não |

| | |
|--|---|
| Processos em carga | devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas. |
| Observância aos comandos exarados pelo Magistrado | <u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual. |
| Processos aptos ao arquivamento | <u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício. |

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correição realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **1ª Vara da Infância e Juventude do Juízo de Serra/ES** apresenta uma boa organização, em que pese a identificação de algumas inconsistências na movimentação processual.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações à Sra. Escrivã Judiciária para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

À Juíza Titular por sua vez, foi determinado que adote medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas.

Por fim, foi determinado à Magistrada que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 13 de junho de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 22/06/2022, às 12:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1200794** e o código CRC **DB146D13**.

